



**CRF SP**  
CONSELHO REGIONAL  
DE FARMÁCIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO



# DISTRIBUIÇÃO E TRANSPORTES

**2ª Edição**



**CRF SP**  
CONSELHO REGIONAL  
DE FARMÁCIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO

## Expediente

Publicação do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - Julho/2009

---

### ■ DIRETORIA

Raquel Rizzi  
presidente

Marcelo Polacow Bisson  
vice-presidente

Pedro Eduardo Menegasso  
diretor-tesoureiro

Margarete Akemi Kishi<sub>R</sub>  
secretária-geral

### ■ REDAÇÃO

Comissão Assessora  
de Distribuição e  
Transporte do CRF-SP

### ■ REVISÃO ORTOGRÁFICA

Allan Araújo

### ■ COMISSÃO ASSESSORA DE DISTRIBUIÇÃO E TRANSPORTE

Sonja Helena M. Macedo  
Coordenador

Elaine Cristina Izzo Manzano  
vice-coordenador

---

• **DIAGRAMAÇÃO:** Célia Rosa

• **IMPRESSÃO:** Art Printer Gráfica Ltda.

• **TIRAGEM:** 3.000 exemplares

## APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que o Conselho Regional de Farmácia de São Paulo (CRF-SP) e a Comissão Assessora de Distribuição e Transporte apresentam a segunda edição da Cartilha. Tendo como principal objetivo orientar o profissional farmacêutico para atuação nas áreas voltadas à logística de distribuição de produtos farmacêuticos, esta edição foi amplamente atualizada visando a contemplar de maneira objetiva áreas específicas como armazenagem alfandegária, armazenagem logística e do comércio atacadista, importação, exportação e transporte.

Ao acompanhar o controle de processos em toda a cadeia produtiva de produtos farmacêuticos, visando à manutenção da qualidade, integridade e eficácia dos medicamentos, e consequentemente promovendo a saúde da população, o farmacêutico organiza o sistema de qualidade do fluxo de distribuição destes produtos, atua na área regulatória e participa das adequações das estruturas física, operacional e de informação das empresas. É atividade privativa do farmacêutico a atuação em todas as etapas componentes desse sistema integrado que abrange desde aquisição da matéria-prima até a dispensação do medicamento ao usuário final.

Por ser uma área em plena expansão, a Comissão Assessora de Distribuição e Transporte, desde sua criação em 2001, tem direcionado seu trabalho para a realização efetiva de apoio técnico, maior valorização da categoria farmacêutica e maior efetivação da Assistência Farmacêutica, seja no âmbito público ou privado, divulgando essa área de atuação para as diversas regiões do país.

A presente Cartilha busca contribuir para o desenvolvimento profissional do farmacêutico, de forma que o uso das informações aqui contidas sirva para o avanço da aplicação das Boas Práticas de Armazenagem e Transporte, e para que o profissional esteja ciente de suas atribuições e responsabilidades.

## SUMÁRIO

---

Introdução .....	05
Serviço .....	15
O Profissional (Perfil e Atribuições) .....	16
Historico e Depoimentos sobre a Comissão (Informações Gerais e Depoimentos) .....	18
Boas Práticas .....	21
Você sabia que... ..	28
Legislação Sanitária Geral e Aplicada à Cadeia Logística Farmacêutica .....	29
Atividades principais do âmbito .....	29
Trâmites Regulatórios para Licenciamento de Empresas .....	33
Logística Reversa.....	34
Outros Temas de Interesse .....	35
Regulamentação nas Esferas Estadual e Municipal - SP .....	36
Sites de Interesse .....	37
Bibliografia .....	38
Endereços e telefones.....	39

## INTRODUÇÃO

A atuação do farmacêutico na área de Distribuição e Transportes foi efetivada apenas no final da década de 90, com a criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o surgimento de normas sanitárias específicas. Desde então, ocorreram vários avanços nos aspectos sanitário e de regulamentação da profissão farmacêutica, devido à necessidade primordial de manutenção da segurança e integridade dos produtos, principalmente por fatores relacionados a sua conservação e segurança. É válido ressaltar ainda que a presença do responsável técnico profissional farmacêutico nas empresas que armazenam e transportam medicamentos nas áreas de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados foi efetivada a partir de 2002 por meio da RDC ANVISA/MS nº 346/02. Deste modo, a distribuição de insumos farmacêuticos e produtos acabados ficou melhor assistida pelo farmacêutico, promotor da garantia da qualidade do medicamento nestes estabelecimentos.

Para prática da Assistência Farmacêutica efetiva é necessário empenho por parte de cada profissional envolvido nas etapas da cadeia de distribuição de produtos farmacêuticos – tais como indústrias, importadores, armazenadores, distribuidores, transportadores, drogarias, farmácias, hospitais e clínicas – em se fazer cumprir as normas e procedimentos estabelecidos nas questões que envolvam a manutenção da identidade, qualidade, eficácia e segurança dos produtos que são levados ao usuário final.

No caso específico de insumos farmacêuticos e medicamentos, a terapêutica somente alcançará os efeitos desejados se houver, além da orientação e assistência farmacêutica, a real aplicação das diretrizes de gestão da qualidade durante as etapas de transporte, armazenamento e distribuição dos produtos a serem dispensados ao consumidor final, garantindo, desta forma, o acesso aos medicamentos com qualidade pela população.

Na atividade de importação, o farmacêutico desenvolve funções na regularização da empresa e dos produtos junto aos órgãos competentes, na nacionalização dos produtos com a etiquetagem em português, na supervisão da distribuição e armazenagem em concordância com as boas práticas de armazenamento e distribuição.

A atividade de distribuição realizada pelo comércio atacadista é considerada de relevância pública, tanto pelas questões de abastecimento do mercado, quanto por características peculiares da área de saúde. Sendo assim, esta deve ser feita de forma a se garantir qualidade, eficácia e segurança dos produtos oriundos das indústrias químicas e farmacêuticas.

A atividade do operador logístico envolve principalmente a gestão de estoque e de transporte de produtos para o mercado nacional e internacional, devendo este atuar de forma responsável e solidária com o fabricante e contar com a supervisão do farmacêutico. O controle de processos deve ser realizado por meio do cumprimento das boas práticas de armazenamento e distribuição.

A atividade de transporte de produtos é elemento chave na cadeia de abastecimento, por sua importância econômica, política e de integração social. A maior característica do transporte no território nacional é a predominância do modal terrestre sobre outras modalidades de transporte, inclusive no segmento farmacêutico. Porém, vale ressaltar a prática dos modais aéreo e fluvial associados ou não, ao modal terrestre. A realidade do mercado de transporte de produtos é que os prestadores de serviços de transporte, em sua maioria, se especializam em certos tipos de carga e rotas específicas para determinadas áreas ou regiões do país.

O farmacêutico como agente controlador das operações de transporte de produtos sob sua responsabilidade técnica deve orientar e adequar as estruturas da empresa visando ao cumprimento da legislação sanitária em vigor e das boas práticas de transporte. As especificações de conservação e segurança dos produtos devem ser seguidas durante todas as etapas de transporte, desde a coleta/recebimento até a entrega ao destinatário final. No caso do transporte rodoviário aduaneiro, existem algumas particularidades.

Diferentemente de transportadoras de distribuição ou de cargas fracionadas, que trabalham com planejamento periodicamente informado, nas empresas especializadas em comércio exterior, especialmente na importação, existe a dificuldade em saber-se o que será transportado a cada dia. Algumas características que distinguem essas atividades são as partes documental, operacional e, por consequência, a composição da frota de veículos, pois nessas empresas não é possível obter-se uma programação de trabalho exata.

Diante de tantos desafios existentes na área de logística, cabe ao farmacêutico cumprir com o exercício profissional por meio da aplicação de seus conhecimentos técnicos, conduzindo suas atividades com ética e responsabilidade. Ao assumir essas tarefas, deve-se conhecer as definições básicas que englobam essas atividades.

**Ambiente** – Espaço fisicamente delimitado, específico para o desenvolvimento da atividade, caracterizado por dimensões e instalações diferenciadas.

**Área** – Espaço físico delimitado, onde são realizadas operações sobre condições ambientais específicas.

**Áreas Operacionais** – Setor cujas operações exige contato direto com os produtos farmacêuticos, para a saúde e insumos.

**Armazém alfandegado** – Armazém aprovado pelo governo para armazenagem e custódia de mercadorias importadas, inclusive insumos e produtos farmacêuticos, até que as taxas alfandegárias, se devidas, sejam quitadas e a carga nacionalizada.

**Armazenador** – Parte do sistema logístico que estoca produtos (matérias-primas, produtos semi-acabados e acabados) entre o ponto de origem e o ponto de consumo, proporcionando informações sobre a situação, condição e disposição dos itens estocados.

**Armazenamento** – Procedimento que possibilita o estoque ordenado e racional de materiais.

**Assistência Farmacêutica** – Grupo de atividades relacionadas com o medicamento, destinadas a apoiar as ações de saúde demandadas por uma comunidade. Envolve o abastecimento de medicamentos em todas e em cada uma de suas etapas constitutivas, a conservação e controle de qualidade, a segurança e a eficácia terapêutica dos medicamentos, o acompanhamento e a avaliação da utilização, a obtenção e a difusão de informação sobre medicamentos e a educação permanente dos profissionais de saúde, do paciente e da comunidade para assegurar o uso racional de medicamentos.

**Autorização de Funcionamento** – Ato privativo do órgão competente do Ministério da Saúde, incumbido da vigilância sanitária dos produtos que de trata este Regulamento, contendo permissão para que as empresas exerçam as atividades sob regime de vigilância sanitária, instituído pela Lei nº 6.360/76.

**Autorização Especial** – Licença concedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a empresas, instituições e órgãos, para o exercício de atividades de extração, produção, transformação, fabricação, fracionamento, manipulação, embalagem, distribuição, transporte, reembalagem, importação e exportação das substâncias constantes das listas anexas a Portaria SVS/MS nº 344/98 e suas atualizações, bem como os medicamentos que as contenham.

**Calibração** – Conjunto de operações que estabelece, sob condições especificadas, a relação entre os valores indicados por um instrumento ou sistema de medição ou valores representados por uma medida materializada ou um material de referência, e os valores correspondentes das grandezas estabelecidas por padrões.

**Calor excessivo** – Qualquer temperatura acima de 40°C.

**Câmara Fria** – Equipamento que permite manter a temperatura entre 2°C e 20°C de acordo com a faixa de especificações dos produtos termolábeis a serem conservados.

**Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Fracionamento** – Documento legal emitido pelo Órgão competente do Ministério da Saúde atestando que determinada empresa Distribuidora e Fracionadora, cumpre com os requisitos de Boas Práticas de Distribuição e Fracionamento.

**Certificado de Regularidade Técnica** – Documento expedido pelo Conselho Regional de Farmácia, que atesta que o profissional farmacêutico não está sob impedimento ou suspeição, sem prejuízo dos artigos 19 a 21 da Lei Federal nº 3.820/60.

**Conferência** – Ato caracterizado pela verificação de requisitos de uma carga, no qual são verificados os aspectos de qualidade, identificação, tipo de carga e documentação do produto.

**Congelador** – Lugar frio no qual a temperatura é mantida termostaticamente abaixo de 0°C.

**Controle de Qualidade** – Medidas ou conjunto de medidas destinadas a verificar condições de atividade, pureza, eficácia e segurança de mercadorias sob vigilância sanitária, por lote ou outro critério de representação de controle, conforme o caso, de acordo com a legislação pertinente.

**Distribuição** – Qualquer atividade de posse, abastecimento, armazenamento e expedição de produtos farmacêuticos, excluindo o fornecimento ao público.

**Distribuidor, Representante, Importador e Exportador** – Empresa que exerça direta ou indiretamente o comércio atacadista de drogas, medicamentos em suas embalagens originais, insumos farmacêuticos e de correlatos;

**Embalagem** – Invólucro, recipiente ou qualquer forma de acondicionamento, removível ou não, que se destina a cobrir, empacotar, envasar, proteger ou manter o produto.

**Embalagem Externa** – Aquela utilizada exclusivamente para a proteção de mercadoria nas operações de movimentação (embarque, desembarque e transporte) e armazenagem.

**Embalagem Primária** – Acondicionamento que está em contato direto com o produto e que pode se constituir em recipiente, envoltório ou qualquer outra forma de proteção, removível ou não, que se destina a envasar ou manter, cobrir ou empacotar matérias-primas, produtos semi-elaborados ou produtos acabados.

**Embalagem Secundária** – Envoltório destinado a conter as embalagens primárias.

**Especialidade Farmacêutica** – Produto industrializado com registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária e disponível no mercado.

**Especificações** – Documentos que prescrevem os requisitos aos quais um produto, componente, atividade de produção ou de assistência técnica ou um sistema de qualidade precisam estar conformes.

**Estoque em Depósito** – Armazenamento de uma quantidade de produtos disponíveis para a distribuição e comercialização.

**Farmoquímicos** – Todas as substâncias ativas ou inativas que são empregadas na fabricação de produtos farmacêuticos.

**Inspecção** – Ato caracterizado pela verificação de uma carga em relação à sua integridade e adequação às especificações.

**Inspeção Sanitária** – Todo procedimento realizado pela autoridade de vigilância sanitária competente que busca levantar e avaliar “in loco” os riscos à saúde da população presentes na produção e circulação de mercadorias, na prestação de serviços e na intervenção sobre o meio ambiente, inclusive o de trabalho.

**Insumo Farmacêutico** – Droga ou substância aditiva ou complementar de qualquer natureza, destinada ao emprego em medicamento.

**Licença de Funcionamento** – Documento expedido pela Vigilância Sanitária local e que habilita o funcionamento do Estabelecimento a nível Municipal/Estadual. É necessária também a Autorização de Funcionamento expedida pela ANVISA.

**Logística** – É o processo de planejar, implementar e controlar eficientemente, ao custo correto, o fluxo e armazenagem de matérias-primas e estoque durante a produção e produtos acabados, e as informações relativas a estas atividades, desde o ponto de origem até o ponto de consumo, visando atender aos requisitos do cliente.

**Lote ou Partida** – Quantidade de um mesmo medicamento ou produto que se produz em um ciclo de fabricação, e cuja característica essencial é a homogeneidade.

**Medicamento** – Produto farmacêutico, tecnicamente obtido ou elaborado, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnóstico.

**Medicamentos de Controle Especial** – Medicamentos entorpecentes ou psicotrópicos e outros relacionados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária em especial pela Portaria nº SVS/MS 344/98 e suas alterações, e que são capazes de causar dependência física ou psíquica.

**Operador Logístico** – Empresa especializada em movimentar, armazenar, transportar, processar pedidos, controlar estoques e gerenciar o frete no transporte e na expedição dos produtos através da terceirização. O serviço pode ser no próprio operador ou nas dependências do cliente.

**Prazo de validade** – Data limite para utilização de um produto farmacêutico definida pelo fabricante, com base nos seus respectivos testes de estabilidade, mantidas as condições de armazenamento e transporte estabelecidas pelo mesmo.

**Procedimento Operacional Padrão (POP)** – Procedimentos escritos e autorizados que dão instruções detalhadas para a realização de operações específicas utilizadas no estabelecimento, com objetivo de padronizar as ações, garantindo a preservação da qualidade dos produtos, a uniformidade dos serviços e a segurança dos profissionais, clientes e usuários.

**Produto Farmacêutico** – Substância ou mistura de substâncias, com finalidade terapêutica, profilática, estética ou de diagnóstico.

**Produto médico** – Equipamento, aparelho, material, artigo ou sistema de uso ou aplicação médica, odontológica ou laboratorial, destinado à prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação ou anticoncepção e que não utiliza meio farmacológico, imunológico ou metabólico para realizar sua principal função em seres humanos, podendo, entretanto ser auxiliado em suas funções por tais meios.

**Quarentena** – Retenção temporária de matéria-prima, produtos acabados ou insumos farmacêuticos ativos, isolados fisicamente ou por outros meios que impeçam a sua utilização, enquanto aguardam decisão de aprovação, rejeição ou reproprocessamento.

**Rastreabilidade** – Reconstituição da trajetória do produto ou material de modo a ser possível sua localização visando um processo eficaz de interdição, recolhimento ou devolução.

**Recintos Alfandegados de Zona Primária** – Os pátios, armazéns, terminais e outros locais destinados à movimentação e ao depósito de bens ou produtos importados ou destinadas à exportação, que devam movimentar-se ou permanecer sob controle aduaneiro, assim como as áreas reservadas à verificação de bagagens destinadas ao exterior ou dele procedentes e as dependências de lojas francas.

**Recintos Alfandegados de Zona Secundária** – Os entrepostos, depósitos, terminais ou outras unidades destinadas ao armazenamento de bens e produtos nas condições do conceito anterior, assim como as dependências destinadas ao depósito de remessas postais internacionais sujeitas ao controle aduaneiro.

**Refrigerador** – Equipamento que permite manter a temperatura entre 2°C e 8°C.

**Remessa Postal Internacional** – Bens e produtos sob vigilância sanitária transportada por meio de encomenda internacional pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

**Remessa Expressa** – Documento ou encomenda internacional transportada por via aérea, por empresa “courier”, que requer rapidez no traslado e recebimento imediato por parte do destinatário.

**Representante Legal** – Pessoa física ou jurídica investida de poderes legais para praticar atos em nome do agente regulado, preposta de gerir ou administrar seus negócios no âmbito da ANVISA.

**Responsabilidade Técnica** – Consiste na aplicação dos conhecimentos técnico-profissionais, com responsabilidade objetiva, sujeita às sanções de natureza cível, penal e administrativa.

**Responsável Legal** – Pessoa física designada em estatuto, contrato social ou ata, incumbida de representar, ativa e passivamente, nos atos judiciais e extrajudiciais, o agente regulado pessoa jurídica.

**Responsável Técnico** – Pessoa física legalmente habilitada para o exercício profissional de atividade nas diversas etapas do processo de produção e prestação de serviços nas empresas, em cada estabelecimento.

**Rótulo** – Identificação impressa ou litografada, pintada ou gravada a fogo, pressão ou decalco, aplicados diretamente sobre recipientes, vasilhames, invólucros, envoltórios, cartuchos ou qualquer outro protetor de embalagem.

**Terminal de Carga** – Local de saída e/ou chegada; estação de transferência de cargas de uma modalidade de transporte para outra ou de um veículo para outro.

**Teste de Estabilidade** – Conjunto de testes projetados para obter informações sobre a estabilidade de produtos farmacêuticos visando definir seu prazo de validade e período de utilização em embalagem e condições de armazenamento especificadas.

**Transportador** – Empresa que realiza o transporte de produtos farmacêuticos ou farmo-químicos com veículos próprios ou de terceiros sob sua responsabilidade.

**Transporte** – É a atividade parte da logística responsável pelo deslocamento de produtos, através dos vários modais existentes.

**Unitização e Desunitização** – Processos operacionais logísticos de consolidação e desconsolidação de diversas unidades de carga fracionada em apenas uma unidade de transporte, de modo a facilitar a movimentação pôr meio de contêineres intermodais e/ou paletes.

**Validação** – Ato documentado que atesta que qualquer procedimento, processo, equipamento, material, operação ou sistema realmente conduza aos resultados esperados.

## SERVIÇO

As atividades de armazenagem, distribuição e transporte estão presentes desde o fornecimento da matéria-prima até a saída do produto acabado da fábrica.

A atividade da distribuidora (comércio atacadista) consiste em receber os produtos das indústrias e distribuir ao comércio varejista (farmácias e drogarias), bem como aos hospitais, postos de saúde, clínicas e ambulatórios, onde são destinados ao usuário final ou administrados diretamente ao paciente. O comércio atacadista de distribuição abrange várias classes de produtos sob controle sanitário, como medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos, produtos para saúde e alimentos. Podemos também enquadrar aqui, pelas suas características operacionais as armazenadoras, que embora não façam as operações mercantis (compra e venda) gerenciam estoques de terceiros, exercendo atividades que compõem a cadeia logística quanto a receber, transportar e remeter produtos conforme solicitação de seus clientes.

As empresas distribuidoras e armazenadoras, ainda que possuam transporte próprio, não atendem todas as regiões devido ao alto custo da manutenção da frota e da extensão geográfica de nosso país, gerando a contratação de transportadores que supram suas necessidades de coleta/entrega. A contratação do serviço de transporte pelo fabricante ou distribuidor/armazenador, deve cumprir com os requisitos técnicos e normativos implantando-se o Sistema de Qualificação de Fornecedores. Contratante e contratado devem atender às exigências sanitárias e ambos são responsáveis pela segurança e qualidade dos produtos no momento em que estes passam pelas suas atividades, configurando a responsabilidade solidária.

Apesar da complexidade da cadeia produtiva do medicamento, todas as empresas envolvidas em todas as etapas da distribuição de produtos devem satisfazer as necessidades da população, entregando ao consumidor final o produto com as mesmas características de qualidade com que foi produzido.

## O PROFISSIONAL (Perfil e Atribuições)

Em 1997, a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou um documento denominado “The role of the pharmacist in the health care system” (“O papel do Farmacêutico no sistema de atenção à saúde”) em que se destacaram 7 qualidades que o farmacêutico deve apresentar. Foi, então, chamado de farmacêutico 7 estrelas.

Este profissional 7 estrelas deve ser:

- ♦ Prestador de serviços farmacêuticos em uma equipe de saúde;
- ♦ Capaz de tomar decisões;
- ♦ Comunicador;
- ♦ Líder;
- ♦ Gerente;
- ♦ Atualizado permanentemente;
- ♦ Educador.

As atribuições do farmacêutico em distribuidoras e transportadoras estão definidas em Resoluções do CFF e Deliberações do CRF-SP citadas adiante no item *Legislação Sanitária*.

A responsabilidade técnica em estabelecimentos de transporte, armazenamento, distribuição, importação e exportação inclui o dever de cumprir e fazer cumprir a legislação sanitária e profissional sobre as atividades realizadas pelos referidos estabelecimentos. É pelo do trabalho deste profissional que a empresa se torna qualificada junto à Anvisa para lidar com produtos relacionados à área da saúde, pois é ele quem garantirá o resultado do produto final, ou seja, a qualidade deste quando estiver disponível no mercado para consumo por parte da população.

A documentação perante a Vigilância Sanitária, Anvisa, Conselho Regional de Farmácia e demais órgãos envolvidos com as atividades, é de responsabilidade e atribuição do farmacêutico, que deverá informar a empresa das necessidades para o exercício de suas atividades. Todos os trâmites documentais que envolverem outros profissionais, como advogados, contadores ou despachantes, devem ser supervisionados pelo farmacêutico, que deverá ter conhecimento da legislação em vigor.

Em transportadoras, o profissional deve adequar a empresa segundo as normas sanitárias e efetuar controle efetivo nas atividades de transporte, para que tanto a segurança como a qualidade dos produtos sejam mantidas no âmbito de sua responsabilidade técnica.

Nos recintos alfandegários da área portuária, tanto em zona primária como zona secundária, o objetivo principal é garantir a qualidade dos produtos que são fiscalizados pela vigilância sanitária, como medicamentos e produtos relacionados à saúde que entram em nosso país, acabados ou matérias-primas. Nesse caso, os farmacêuticos são agentes multiplicadores da qualidade, acompanhando de perto os processos de liberação sanitária e nacionalização, orientando e treinando funcionários no cumprimento das Boas Práticas de Armazenagem e Transporte, pois os mesmos lidam também com cargas sensíveis e complexas, como produtos termossensíveis e medicamentos controlados pela Portaria SVS/MS nº 344/98.

## HISTÓRICO E DEPOIMENTOS SOBRE A COMISSÃO (Informações Gerais e Depoimentos)

A Comissão Assessora de Distribuição e Transporte do CRF-SP foi criada no ano de 2001, sendo pioneira em todo o Brasil quando da existência de grupos de discussão voltados a esta área.

Desde sua criação, a Comissão Assessora de Distribuição e Transporte obteve grandes conquistas em defesa do âmbito farmacêutico. Entre inúmeras outras atividades, a referida Comissão vem trabalhando desde a sua criação pela defesa do âmbito do profissional farmacêutico, capacitação e atualização de profissionais desta área, sempre atenta às tendências e necessidades de regulamentações do setor, inclusive com a criação de grupos específicos para discussão de assuntos extraordinários.

Com a expansão da atuação do farmacêutico na área de armazenagem e, especialmente na de transporte, o número de membros cresceu, e atualmente a Comissão totaliza 37 membros ativos (dados de julho de 2009) que atuam em áreas diversificadas.

Na tentativa de ampliar e aprofundar as discussões e acompanhar as tendências do mercado, a partir do ano de 2006, sob coordenação da Dra. Sonja Helena M. Macedo, foram criados grupos de trabalho envolvendo os seguintes assuntos: *Distribuição, Logística, Importação/Exportação, Transporte*, e mais recentemente *Insumos Farmacêuticos e Entrega em Domicílio*, o qual visa regulamentar esta atividade que é uma realidade na comercialização pela internet e pelo comércio varejista, abrangendo tanto o transporte terceirizado quanto aquele realizado pela drogaria/farmácia.

Devida a criação dos grupos, ocorrem mensalmente duas reuniões: uma geral e uma específica para cada assunto, cuja conclusão/parecer dos trabalhos são levados a todos na reunião geral da Comissão para discussão/aprovação.

A partir desse mesmo ano (2006), com a finalidade de ampliar a representatividade em todas as regiões do Estado de São Paulo, iniciou-se a descentralização das Comissões Assessoras, ou seja, a criação nas Seccionais de comissões assessoras regionais. A primeira Comissão Assessora Regional de Distribuição e Transporte do CRF-SP foi criada na Seccional de Santos, que no assunto *Importação/Exportação*, têm a colaboração ativa dos colegas que atuam em recintos alfandegados, na região portuária de Santos. Existem ainda, outras três Comissões Regionais no interior do Estado: Ribeirão Preto, Campinas e Osasco.

As reuniões das Comissões Regionais são realizadas nas respectivas seccionais em datas pré-agendadas, onde os mesmos podem acompanhar as pautas e atas das reuniões realizadas pela Comissão da Sede e enviar propostas e sugestões.

#### **Segue depoimentos de alguns colegas, atuais membros da Comissão Assessora de Distribuição e Transporte:**

“Sou RT da transportadora desde 2005, época que comecei a fazer parte da comissão e por não ter conhecimentos técnicos da área, participar das reuniões fez a diferença para a empresa e profissionalmente muito me acrescentou.

As reuniões são realizadas com muita persistência, pois o trabalho é árduo, mas com a dedicação conjunta, os resultados obtidos com certeza, refletem de forma positiva, para assegurar ao setor a qualidade, onde todos somos responsáveis.”

**Maria Estela Martins**

“Participo da Comissão de Distribuição e Transporte desde 2006, quando tomei conhecimento através de palestras durante a semana do Farmacêutico. Trabalho em distribuidora desde 2004 e confesso que se tivesse conhecimento antes teria me ajudado muito mais.

O trabalho da comissão, as reuniões, discussões são extremamente importante para o profissional, mesmo não atuando na área esse contato se torna útil, pois nos traz para a realidade permitindo uma difusão de conhecimentos, atitude e opiniões.

Acredito que a divulgação, não apenas da Comissão de Distribuição e Transporte bem como de todas as outras, ainda na faculdade seria de grande valia para os futuros profissionais.”

**Renata Martins**

“A Comissão Assessora de Distribuição e Transporte tem como foco desenvolver um debate aberto e franco sobre o que ocorre no seguimento de Distribuição e Transportes de produtos sob vigilância sanitária, cuidando tanto do interesse do profissional farmacêutico como do seguimento, desta forma, agrega muito no nosso dia a dia”.

**Rodrigo Bianconi**

“Ingressei na comissão de distribuição e transporte há apenas cinco meses e desde então noto que os assuntos discutidos nas reuniões, além de atuais são bastante enriquecedores para meu aperfeiçoamento profissional. Existe uma carência de informações muito grande nesta área, especialmente para os profissionais sem experiência, por isso luto pela realização de eventos que possam proporcionar ao farmacêutico espaços de discussão e aprendizado que anteriormente não existiam. Espero poder contribuir cada vez mais com os trabalhos realizados pela comissão, que ao meu ver é séria e democrática”.

**Saulo de Carvalho Junior**

## BOAS PRÁTICAS

A atribuição do farmacêutico em armazenagem, distribuição e transporte tem como objetivo garantir que o produto mantenha todas as suas características, assegurando assim qualidade e eficácia em seu uso. O profissional deverá garantir que as atividades operacionais estejam dentro das normas de qualidade e das Boas Práticas de Fabricação previstas em legislação, por meio da implantação de procedimentos escritos e treinamento, com registros e certificados de comprovação.

Uma das principais recomendações quanto aos cuidados na armazenagem e manuseio desses produtos é seguir as especificações do fabricante para sua conservação, pois estas são baseadas em estudos de estabilidade do fármaco e suas alterações físicas, químicas e microbiológicas quando expostos a determinadas condições. Após esta observância, cada membro das etapas de distribuição deverá definir procedimentos, os quais devem ser publicados internamente de forma manual juntamente com o Manual de Boas Práticas e documentos de instrução, seguidos de programas de treinamentos específicos. O controle dos documentos e de sua aplicação contribuirá para inibição e diminuição dos desvios de qualidade que possam ocorrer durante estes processos.

Na verificação da capacidade legal da empresa, o Manual de Boas Práticas é um documento obrigatório disponibilizado aos órgãos sanitários e deverá conter: a política de qualidade da empresa, organograma organizacional, área de abrangência, estrutura física e de segurança, gestão de pessoas, além do fluxo operacional por onde passam os produtos farmacêuticos. Como exemplos das etapas de um fluxo de distribuição temos: aquisição/retirada de produtos na origem, recebimento, armazenagem, movimentação de estoque, consolidação, separação, expedição, áreas de produtos segregados (quarentena, interditados, inutilizados, aprovados, reprovados, produtos sob controle especial), ou seja, tudo que for aplicável às atividades da empresa.

Devem ser elaborados documentos como Plano Integrado de Controle de Pragas, Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (quando aplicável), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, e tudo o que envolver a proteção e segurança dos produtos e da saúde do trabalhador. Todas as adequações e documentos devem fazer parte da Política de Qualidade da empresa e estar inseridos no Sistema de Gestão de Qualidade.

A importância do Manual de Boas Práticas e da Padronização dos Procedimentos Operacionais deve-se ao fato de não restringir-se apenas ao cumprimento de normas legais, mas ao controle do processo como um todo, pois com um procedimento operacional bem elaborado e integrado às normas pertinentes, é possível identificar falhas e implementar medidas preventivas e corretivas no processo, evitando prejuízos e sanções legais.

O farmacêutico deve padronizar os procedimentos operacionais, tendo como base a rotina da empresa e, estabelecer registros de todas as etapas. De início, é extremamente importante verificar todas as legislações vigentes e aplicá-las para melhoria da qualidade dos serviços prestados. Fazem parte do sistema de implantação das boas práticas programas de treinamento dos funcionários.

Com a complexidade dessas atividades, o farmacêutico se faz necessário em tempo integral para supervisionar todo o processo, contribuindo proativamente para a melhoria do mesmo. Sendo assim deverá supervisionar periodicamente o cumprimento dessas medidas de adequação, pois possui capacidade técnica para analisar e decidir sobre diferentes situações que possam ocorrer durante o processo operacional.

A implementação de ações que garantam o controle do processo de movimentação de produtos farmacêuticos, lote, validade, origem e destinatário, associados a um sistema com arquivamento das operações realizadas, são necessários para garantir a rastreabilidade dos produtos em processo reverso. As medidas implantadas devem ser validadas e todo o processo documentado em registros, sendo um trabalho que requer aperfeiçoamento contínuo.

Existem parâmetros técnicos básicos que objetivam garantir a segurança e a qualidade dos produtos farmacêuticos em sua armazenagem, transporte e distribuição. Para tanto, seguem abaixo itens importantes e exigidos pela legislação que devem ser aplicados nas atividades abrangidas por esta cartilha. Vale ressaltar que cada empresa deverá avaliar seus processos tendo como base os riscos inerentes ao produto farmacêutico.

**A) Temperatura e Umidade:** Os riscos associados ao produto incluem exposição à temperatura, umidade, luz e gases presentes no meio ambiente. As principais preocupações são as temperaturas extremas, às quais o produto poderá ser exposto durante armazenagem, transporte e manuseio. O uso de medidores de temperatura e umidade (termohigrômetro) é extremamente necessário, devendo a medição ser realizada dentro da área onde o produto farmacêutico é armazenado ou transportado. Os registros dessas medições deverão ser realizados com frequência apropriada para garantir a confiabilidade dos resultados do perfil climático, e esses dados deverão ser protegidos. Todos os equipamentos utilizados deverão ser calibrados periodicamente e rastreados pela Rede Brasileira de Calibração.

É recomendável observar as condições de temperatura nas diferentes estações do ano e a área geográfica do local de armazenamento. As condições de embalagem tornam-se fatores importantes, já que tais cuidados podem evitar exposição a temperaturas extremas, especialmente no caso de produtos sensíveis.

**B) Produtos sensíveis:** Conforme a forma farmacêutica, determinados grupos de medicamentos são sensíveis a alterações de temperatura e umidade como soluções, emulsões, pomadas, géis, cremes e cápsulas orais gelatinosas. Além disso, merecem maiores cuidados aqueles que necessitam conservação em ambiente congelado, hemoderivados, ambiente refrigerado (2 a 8 °C), como vacinas e insulinas, ou em ambiente resfriado (entre 8 e 15 °C).

Fabricante, distribuidor, armazenador e transportador são responsáveis, conjuntamente, pelo acondicionamento apropriado desses produtos. O tipo de gelo, a caixa de isopor e seu espaço interno influem diretamente nas condições de conservação, pois esses grupos possuem limites máximos e mínimos de temperatura de exposição recomendados, para garantir a manutenção de suas propriedades farmacológicas e, logo, a eficácia de seu uso.

**C) Recebimento e Conferência de produtos:** No recebimento deve ser feita a conferência das características físicas das embalagens, código de barras, lacre de segurança, lote, validade, equidade entre os documentos de manifesto de carga, conhecimento de transporte e a nota fiscal, assegurando a não entrada de produtos falsificados ou com a qualidade comprometida, o que exige, inclusive, a verificação dos meios de transporte. Devem ser estabelecidos critérios quanto a compatibilidade de cargas, monitoramento de temperatura durante o transporte, caso necessário, e condições de higiene e limpeza do veículo.

Portanto, para produtos do fabricante, bem como devoluções reintegradas ao estoque, o setor de recebimento tem a responsabilidade de liberar para o armazenamento somente o produto que atenda a todas as exigências e características técnicas necessárias para uso.

Caso haja comprometimento da qualidade no armazenamento ou transporte incorreto, por violação de lacre ou embalagens amassadas, ou ainda suspeita de adulteração ou fraude, os produtos devem ser devolvidos e, em seguida, devem ser tomadas as providências de comunicação à autoridade sanitária, se for o caso.

O caminho de ida deve ser o de volta, portanto os armazéns devem contar com área restrita para produtos devolvidos pelos clientes ou sem condições de uso.

Em recintos alfandegados, o armazenamento de matérias primas ou produtos (semi-elaborados, a granel ou acabados), inclusive os nacionais, sob vigilância sanitária, armazenados em área externa ou interna do estabelecimento, unitizados ou desunitizados, devem estar submetidos às condições ambientais de armazenagem determinadas pelo seu fabricante ou importador.

**D) Área de segregação:** É essencial manter uma área destinada aos produtos que estejam aguardando liberação (quarentena), produtos para descarte (incineração), vencidos, produtos avariados e pendentes, entre outras situações que possam ocorrer. As áreas devem ter acesso restrito e estar sob supervisão do farmacêutico.

**E) Compatibilidade de cargas e Carregamento:** Sempre considerar o empilhamento máximo dos volumes, respeitando os espaços físicos entre as caixas e os equipamentos de acondicionamento (palete, módulo de armazenagem), verificando também a compatibilidade de cargas (principalmente com produtos saneantes, tóxicos, químicos e alimentos). Na arrumação do baú dos veículos, os volumes devem estar protegidos (módulo de armazenagem, gaiola, unitização) e o aspecto interno em condições de higiene em geral.

**F) Segurança do produto:** Os medicamentos sob controle especial (Portaria SVS/MS nº 344/98) devem permanecer em área trancada, com acesso restrito. É atribuição exclusiva do farmacêutico o registro de entrada e saída, bem como o fornecimento desses produtos a estabelecimentos devidamente licenciados (Autorização e Licença Especial), de forma que estejam legalmente habilitados a exercer a atividade ou comercializar produtos sujeitos a controle especial. A empresa deve possuir sistema de informação validado que contemple o controle desses produtos.

As empresas só poderão armazenar e transportar produtos controlados a partir do momento em que adquirirem a concessão de Autorização Especial (AE). Na área alfandegária, mesmo de posse da AE os recintos alfandegados de zona secundária somente poderão armazenar substâncias constantes das Listas C1, C2, C4 e C5 da Portaria SVS/MS nº 344/98.

**G) Sanitização de veículos:** O processo de Sanitização – conjunto de procedimentos que visam à manutenção das condições de higiene, incluindo limpeza e desinsetização – deverá ser realizado periodicamente, independentemente se os veículos utilizados são de propriedade da transportadora ou distribuidora, ou são terceirizados (contratados). É exigência legal que a empresa prestadora de serviços de dedetização possua Licença/Alvará Sanitário e Certificado de Regularidade Técnica, e os produtos utilizados possuam registro no Ministério da Saúde.

**H) Comunicação à autoridade sanitária:** A empresa deverá contar com Procedimentos para comunicação à autoridade sanitária em caso de detecção de fraude ou adulteração, bem como devem ser comunicadas outras irregularidades que comprometam a segurança e eficácia dos produtos para saúde.

No caso de roubo ou extravio torna-se imprescindível o comunicado ao fabricante e ao Órgão Sanitário.

**I) Acompanhamento das Ocorrências Operacionais:** As empresas devem estabelecer procedimentos de devolução de produtos suspeitos de adulteração, fraude e falsificação, para produtos recolhidos do mercado, além de procedimentos de descarte para os produtos avariados e vencidos (incineração), o que deve ser realizado por empresa credenciada no órgão de controle do meio ambiente.

**J) Treinamento:** O farmacêutico deverá atuar como orientador formando multiplicadores do processo, oferecendo informações aos envolvidos para que estejam em condições de cumprir com as atribuições, favorecendo treinamentos e educação continuada, participando inclusive da escolha dos auxiliares, de acordo com o Código de Ética da Profissão Farmacêutica, como forma de garantir as condições necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

**K) Qualificação de Fornecedores:** Para as importadoras, distribuidoras e operadores logísticos que não possuem frota própria para efetuar a distribuição dos produtos é imprescindível o desenvolvimento de um programa de qualificação de fornecedores, incluindo dos serviços de transporte terceirizados, bem como de fornecedores que efetuam o serviço de controle de pragas, calibração de equipamentos, limpeza, validação de sistemas, entre outros utilizados na implantação das Boas Práticas.

**L) Auto-inspeção:** Tanto os distribuidores quanto os armazenadores e transportadores devem possuir procedimentos de auto-inspeção periódicos. Efetuar e registrar as não-conformidades apontadas, instituindo plano de melhoria contínua para monitorar as ações corretivas e preventivas, bem como nomear responsáveis e delimitar prazos para seu cumprimento, segundo as exigências da legislação vigente.

## VOCÊ SABIA QUE...

---

...o transporte rodoviário comercial (TRC) responde por cerca de 62,5% de todo o volume de cargas transportadas no território nacional?

...o transporte representa 60% dos custos logísticos, em torno de 12% da composição de custos de uma empresa industrial, por exemplo?

...Logística Reversa é uma nova área da logística empresarial que tem como foco o equacionamento da multiplicidade de aspectos logísticos de retorno ao ciclo produtivo, dos diversos tipos de bens industriais, dos materiais e resíduos, por meio da reutilização controlada do bem e de seus componentes ou da reciclagem dos materiais constituintes?

...a primeira regulamentação no Brasil dos Armazéns-Gerais é de 1903?

...na década de 1970 adotou-se a “paletização” (suporte para movimentação de materiais)?

...os ganhos em bem-estar que as sociedades envolvidas podem alcançar são inteiramente dependentes dos transportes?

# LEGISLAÇÃO SANITÁRIA GERAL E APLICADA À CADEIA LOGÍSTICA FARMACÊUTICA

## ATIVIDADES PRINCIPAIS DO ÂMBITO

### Importação / Exportação – COMEX

Decreto nº 79.094, de 05/01/77

Decreto nº 3.961, de 10/10/01

Lei nº 6.360, de 23/09/76

Lei nº 6.437, de 20/08/77

Portaria SVS/MS nº 344, de 12/05/98

Portaria SVS/MS nº 6, de 29/01/99

Portaria SVS/MS nº 185, de 08/03/99

Resolução RDC ANVISA nº 204, de 14/11/06

Resolução RDC ANVISA nº 81, de 05/11/08

Resolução RDC ANVISA/MS nº 346, de 16/12/02

Resolução RDC ANVISA/MS nº 176, de 07/06/05

Resolução RDC ANVISA/MS nº 234, de 17/08/05

## Armazenamento

Decreto nº 79.094, de 05/01/77

Decreto nº 3961, de 10/10/01

Lei nº 6.360, de 23/09/76

Lei nº 6.437, de 20/08/77

Lei nº 11.903, de 14/01/09

Medida Provisória MP 2190-34/01

Portaria SVS/MS nº 344, de 12/05/98

Portaria ANVISA/MS nº 802, de 08/10/98

Portaria SVS/MS nº 6, de 29/01/99

Resolução RDC ANVISA/MS nº 59, de 27/06/00

Resolução ANVISA/MERCOSUL/GMC nº 49, de 28/11/02

Resolução RDC ANVISA nº 320, de 22/11/02

Resolução RDC ANVISA/MS nº 346, de 16/12/02

Resolução RDC ANVISA/MS nº 210, de 04/08/03

Resolução RDC ANVISA/MS nº 55, de 17/03/05

Resolução RDC ANVISA/MS nº 176, de 07/06/05

Resolução RDC ANVISA/MS nº 249, de 13/09/05

Resolução RDC ANVISA nº 204, de 14/11/06

## Terceirização de Armazenagem

Lei nº 11.903, de 14/01/09

Resolução RDC ANVISA nº 25, de 29/03/07

## Distribuição

Lei nº 6.360, de 23/09/76

Lei nº 6437, de 20/08/77

Lei nº 11.903, de 14/01/09

Decreto nº 79094, de 05/01/77

Decreto nº 3961, de 10/10/01

Portaria ANVISA/MS nº 802, de 08/10/98

Portaria SVS/MS nº 344, de 12/05/98

Portaria SVS/MS nº 6, de 29/01/99

Resolução RDC ANVISA/MS nº 59, de 27/06/00

Resolução ANVISA/MERCOSUL/GMC nº 49, de 28/11/02

Resolução RDC ANVISA/MS nº 176, de 07/06/05

Resolução RDC ANVISA/MS nº 249, de 13/09/05

Resolução RDC ANVISA nº 204, de 14/11/06

Resolução RDC Anvisa nº 44, de 17/09/09

## Transporte

Decreto nº 79.094, de 05/01/77

Decreto nº 3.961, de 10/10/01

Lei nº 6.360, de 23/09/76

Lei nº 6.437, de 20/08/77

Lei nº 11.903, de 14/01/09

Portaria SVS/MS nº 344, de 12/05/98

Portaria SVS/MS nº 6, de 29/01/99

Resolução ANVISA/MS nº 329, de 22/07/99

Resolução RDC ANVISA/MS nº 59, de 27/06/00

Resolução RDC ANVISA/MS nº 210, de 04/08/03

Resolução RDC ANVISA/MS nº 176, de 07/06/05

Resolução RDC ANVISA/MS nº 234, de 17/08/05

Resolução RDC ANVISA/MS nº 249, de 13/09/05

Resolução RDC ANVISA nº 204, de 14/11/06

Resolução RDC ANVISA nº 222, de 28/12/06

Resolução RDC Anvisa nº 44, de 17/09/09

## TRÂMITES REGULATÓRIOS PARA LICENCIAMENTO DE EMPRESAS

### Licença de Funcionamento

Decreto nº 79.094, de 05/01/77

Decreto nº 3.961, de 10/10/01

Lei nº 6.360, de 23/09/76

Lei nº 6.437, de 20/08/77

### Autorização de Funcionamento

Decreto nº 79.094, de 05/01/77

Decreto nº 3.961, de 10/10/01

Instrução Normativa SVS/MS nº 01, de 30/09/94

Lei nº 6.360, de 23/09/76

Lei nº 6.437, de 20/08/77

Medida Provisória MP 2190-34/01

Portaria SVS/MS nº 344, de 12/05/98

Portaria SVS/MS nº 1.052, de 29/12/98

Portaria SVS/MS nº 6, de 29/01/99

Portaria SVS/MS nº 185, de 08/03/99

Resolução RE ANVISA/MS nº 01, de 06/02/02

Resolução RDC nº 204, de 14/11/06

Resolução RDC nº 222, de 28/12/06

Resolução RDC Anvisa nº 44, de 17/09/09

## **Âmbito Farmacêutico**

Decreto nº 85.878, de 07/04/1981

Resolução CFF nº 365, de 02/10/01

Resolução CFF nº 417, de 29/09/04

Resolução CFF nº 430, de 17/02/05

Resolução CFF nº 433, de 26/04/05

Resolução CFF nº 448, de 24/10/06

Resolução CFF nº 481, de 25/07/08

Resolução CFF nº 486, de 23/09/08

Resolução CFF nº 491, de 26/11/08

## **LOGÍSTICA REVERSA**

### **Recolhimento**

Portaria SVS/MS nº 802, de 08/10/98

Resolução RDC ANVISA/MS nº 210, de 04/08/03

Resolução RDC ANVISA/MS nº 55, de 17/03/05

Resolução RDC ANVISA nº 204, de 14/11/06

### **Devolução**

Portaria SVS/MS nº 344, de 12/05/98

Portaria ANVISA/MS nº 802, de 08/10/98

Resolução RDC ANVISA/MS nº 210, de 04/08/03

Resolução RDC ANVISA nº 204, de 14/11/06

## **OUTROS TEMAS DE INTERESSE**

### **Estabilidade de Medicamentos**

Resolução RDC ANVISA/MS nº 210, de 04/08/03

Resolução RE ANVISA/MS nº 01, de 29/07/05

### **Legislação Ambiental aplicada ao Transporte**

Decreto 24.350/74 e 7.967/01

Lei 7.799/01 e 3.163/73

Portaria Minter 53/79 e 100/80

Resolução CONAMA 257/99, 313/2002, 258/99, 20/86, 09/93, 273/00 e 08/90

Resolução CEPRAM 13/87, 210/83, 2878/01 e IBAMA 22, 85/96

### **Gerenciamento de Resíduos**

Portaria CVS Nº 21, de 10/09/2008

Resolução CONAMA nº 316, de 29/10/02

Resolução RDC ANVISA/MS nº 306, de 07/12/04

Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/05

## **REGULAMENTAÇÃO NAS ESFERAS ESTADUAL E MUNICIPAL - SP**

### **Regulamentação nas esferas estadual e municipal – SP**

Decreto nº 44.577, de 07/04/04

Decreto nº 50.079, de 07/10/08

Deliberação CRF/SP nº 52, de 10/11/06

Lei nº 13.725, de 09/01/04

Portaria CVS nº 15, de 26/12/02

Portaria CVS nº 01, de 22/01/2007

Resolução GESP/ CVS nº 4, de 18/02/99

## SITES INTERESSANTES

- ♦ Alanac – Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais - [www.alanac.org.br](http://www.alanac.org.br)
- ♦ ANTC – Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística - [www.ntcelogistica.org.br](http://www.ntcelogistica.org.br)
- ♦ Anvisa - [www.anvisa.gov.br](http://www.anvisa.gov.br)
- ♦ BVS – Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde - [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)
- ♦ Centro de Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo - [www.cvs.saude.sp.gov.br](http://www.cvs.saude.sp.gov.br)
- ♦ Conselho Federal de Farmácia - [www.cff.org.br](http://www.cff.org.br)
- ♦ Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - [www.crfsp.org.br](http://www.crfsp.org.br)
- ♦ Diário Oficial da União – [www.in.gov.br](http://www.in.gov.br)
- ♦ FDA – U.S. Food and Drug Administration - [www.fda.gov](http://www.fda.gov)
- ♦ Febrafarma – Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica - [www.febrafarma.org.br](http://www.febrafarma.org.br)
- ♦ Guia Log - [www.guialog.com.br](http://www.guialog.com.br)
- ♦ ICH – International Conference On Harmonization - [www.ich.org](http://www.ich.org)
- ♦ OMS – Organização Mundial da Saúde - [www.who.int](http://www.who.int)
- ♦ OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde - [www.opas.org.br](http://www.opas.org.br)
- ♦ Sindusfarma – Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo  
[www.sindusfarma.org.br](http://www.sindusfarma.org.br)
- ♦ Sinfar – Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de São Paulo - [www.sinfar.org.br](http://www.sinfar.org.br)
- ♦ Sobravime – Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos - [www.sobravime.org.br](http://www.sobravime.org.br)
- ♦ USP – US Pharmacopeia - [www.usp.org](http://www.usp.org)

## BIBLIOGRAFIA

---

AMARAL, C. M. R. *Armazenamento adequado garante Qualidade do Medicamento*. Revista do Farmacêutico, N° 76, p 10, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 14884, Transporte Rodoviário de Carga - Sistema de Qualificação*. Rio de Janeiro, 2002. xp.

BEZERRA, A.; NORONHA, T. *Transporte de Medicamentos – Setor cresce e enfrenta desafios*. Revista do Farmacêutico, N° 92, p 36, 2008.

CAIXETA-FILHO, J. V.; MARTINS, R. S. *Gestão Logística do Transporte de Cargas*. São Paulo: Atlas, 2001. 296 p.

MACEDO, S. H. M. *Cuidados necessários na Distribuição e Transporte de Medicamentos, Produtos para a saúde e Farmoquímicos*. Revista do Farmacêutico, N° 72, p 09, 2004.

MACEDO, S. H. M.; BROCHMANN, G. *Roubo de Medicamentos: como minimizar os riscos*. Revista do Farmacêutico, N° 78, p 10, 2005.

MACEDO, S. H. M.; GARCÍA, T. R. L. *Influência da temperatura sobre o transporte de medicamentos por modal rodoviário*. Revista Infarma, V 19, p7- 10, 2007.

PLANO DO BRASIL. *Plano Nacional de Prevenção e Combate à Falsificação de Medicamentos*. ANVISA/MS-2003.

TARGA, A. M. *Novas Regras para o Recolhimento de Medicamentos*. Revista do Farmacêutico, N° 76, p 55, 2005.

## ENDEREÇOS E TELEFONES

[www.crfsp.org.br](http://www.crfsp.org.br)

### SEDE

Rua Capote Valente, 487 - Jd. América  
São Paulo - SP - CEP 05409-001  
Tel.: (11) 3067.1450  
[www.crfsp.org.br](http://www.crfsp.org.br)

### SUBSEDE NORTE

Rua Duarte de Azevedo, 448 – 1º andar – cj 12  
Edifício Brasília Professional Center – Santana  
São Paulo – SP – CEP 02036-021  
Tel.: 2283-0300 / Fax: 2978-4990

### SECCIONAIS

**Araçatuba:** Tel.: (18) 3624-8143

**Araraquara:** Tel.: (16) 3336.2735 /  
(16) 3336.6929

**Barretos:** Tel.: (17) 3323.6918

**Bauru:** Tel.: (14) 3224.1884 / Fax: (14) 3234.2079

**Bragança Paulista:** Tel.: (11) 4032.8617

**Campinas:** Tel.: (19) 3251.8541  
(19) 3252.4490 / Fax: (19) 3255.8608

**Fernandópolis:** Tel.: (17) 3462.5856

Fax: (17) 3462.7944

**Franca:** Tel./Fax: (16) 3721.7989

**Guarulhos:** Tel.: (11) 6468.1501

**Jundiaí:** Tel.: (11) 4586.6065

**Marília:** Tel.: (14) 3422.4277 (14) 3422.4398

### SUBSEDE LESTE

Rua Tuiuti, 2009 – 2º andar - sala 21 - Tatuapé  
São Paulo - SP - CEP 03307-000  
Tel.: (11) 2192.4187 / Fax: (11) 2193.3843

### SUBSEDE SUL

Rua Américo Brasiliense, 2171 – 3º andar – Cj 306  
Edifício Master Tower – Alto da Boa Vista  
São Paulo – SP - CEP: 04715-005  
Tel.: 5181-2770 / Fax: 5181-2374

**Mogi das Cruzes:** Tel.: (11) 4726.5484

**Osasco:** Tel.: (11) 3682.2850

Fax: (11) 3685.9063

**Piracicaba:** Tel.: (19) 3434.9591

**Presidente Prudente:** Tel.: (18) 3223.5893

(18) 3916.1193 Fax: (18) 3916.1192

**Registro:** Tel.: (13) 3822.1979

**Ribeirão Preto:** Tel.: (16) 3911.9016/(16) 3911.5054

**Santo André:** Tel.: (11) 4437.1991

**Santos:** Tel.: (13) 3233.5566 Fax: (13) 3221.6781

**São João da Boa Vista:** Tel.: (19) 3631.0441

**São José dos Campos:** Tel.: (12) 3921.4644

**São José do Rio Preto:** Tel./Fax: (17) 3234.4043

**Sorocaba:** Tel.: (15) 3233-8130



## **Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo**

Sede: Rua Capote Valente, 487 - Jardim América - São Paulo-SP - CEP 05409-001

Fone (11) 3067.1450 – [www.crfsp.org.br](http://www.crfsp.org.br)